
RELATÓRIO E CONTAS

2020

FUNDAÇÃO ILÍDIO PINHO

Handwritten initials and a circled '1' in the top right corner.

Órgãos Sociais

1. Conselho Superior

Conselho Superior

Presidente

Ilídio da Costa Leite de Pinho

Vogais

Daniela Sofia da Costa Leite de Pinho

Maria Emília Resende da Costa Pinho

António Fernando Couto dos Santos

João Pedro Machado da Costa Carvalho

Paula Alexandrina Teixeira de Pinho Sousa

Sandra Monteiro Vieira

2. Conselho de Administração

Conselho de Administração

Presidente

Ilídio da Costa Leite de Pinho

Vogais

Daniela Sofia da Costa Leite de Pinho

António Fernando Couto dos Santos

João Pedro Machado da Costa Carvalho

Paula Alexandrina T. Pinho Sousa Quental

3. Fiscal Único

Fiscal Único

Efectivo

Jónatas de Jesus Margarida

Suplente

Paulo Jorge Seabra dos Anjos

Balanço

(Montantes expressos em Euros)

NIF 504709348

	Notas	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
ACTIVO			
ACTIVO NÃO CORRENTE			
Activos Fixos Tangíveis	4	44 664.24	105 938.82
		44 664.24	105 938.82
ACTIVO CORRENTE			
Créditos a Receber	6-15	55 680.48	11 744.56
Diferimentos	7	18 988.37	18 964.71
Activos Financ Detidos P/ Negociação	8-15	209 697.20	
Outros Activos Financeiros	9-15	13 533 961.89	15 927 592.28
Caixa e Depósitos Bancários	10	192 686.04	324 176.72
		14 011 013.98	16 282 478.27
		14 055 678.22	16 388 417.09
TOTAL DO ACTIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	11	49 879 789.71	49 879 789.71
Resultados Transitados	11	-33 764 995.34	-36 730 726.46
		16 114 794.37	13 149 063.25
Resultado Líquido do Período	11	-2 139 704.83	2 965 731.12
		13 975 089.54	16 114 794.37
TOTAL DOS FUNDOS PATRIMONIAIS			
PASSIVO			
PASSIVO CORRENTE			
Fornecedores	12-15	1 725.58	1 552.48
Estado e Outros Entes Públicos	13	10 256.85	12 631.01
Financiamentos Obtidos	14-15	305.80	
Outras Passivos Correntes	15	68 300.45	259 439.23
		80 588.68	273 622.72
		80 588.68	273 622.72
TOTAL DO PASSIVO			
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
		14 055 678.22	16 388 417.09

Page | 3

RELATÓRIO E CONTAS 2020

O Contabilista Certificado

Carlos Alberto Ramos

A Administração

Dezob
Demétrio
Paulo
João
Yves

Demonstração dos Resultados

(Montantes expressos em Euros)

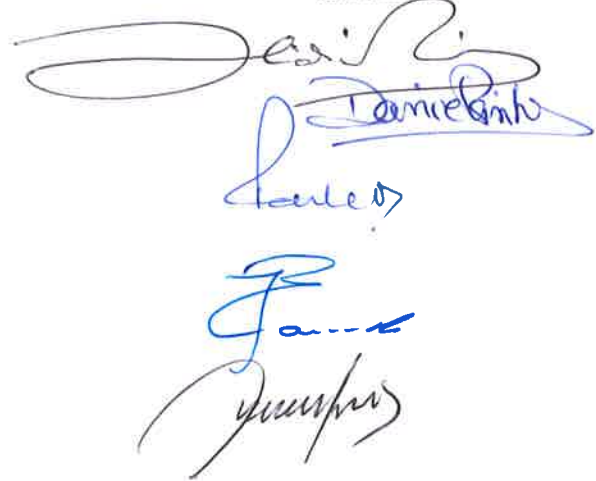
NIF 504709348

	Notas	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Subsídios, Doações e Legados à Exploração	16		6 200 46
Fornecimentos e Serviços Externos	18	-47 687 07	-55 466 93
Gastos com Pessoal	19	-289 815 63	-372 995 69
Aumentos/Redução de Justo Valor	20-21	-898 306 39	2 923 701 14
Outros Rendimentos	17-21-22	259 198 10	800 067 53
Outros Gastos	21-22-23	-1 094 614 40	-269 233 68
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		-2 071 225.39	3 032 272.83
Gastos/Reversões De Depreciação e de Amortização	4-5	-61 274 58	-64 326 01
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		-2 132 499.97	2 967 946.82
Juros e Gastos Similares Suportados	15-22	-7 085 42	-33 71
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		-2 139 585.39	2 967 913.11
Imposto Sobre o Rendimento do Período		-119 44	-2 181 99
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		-2 139 704.83	2 965 731.12

O Contabilista Certificado



A Administração



Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020
(Montantes expressos em Euros)

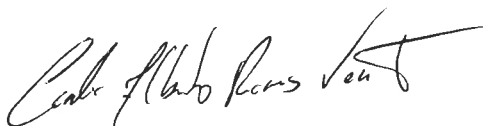
NIF 504709348

	Notas	Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2019	1	49 879 789.71	-36 160 876.28		13 718 913.43
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	2		-569 850.18		-569 850.18
			-569 850.18		-569 850.18
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	3			2 965 731.12	2 965 731.12
RESULTADO INTEGRAL	4=2+3			2 965 731.12	2 395 880.94
	5				
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2019	6=1+2+3+5	49 879 789.71	-36 730 726.46	2 965 731.12	16 114 794.37

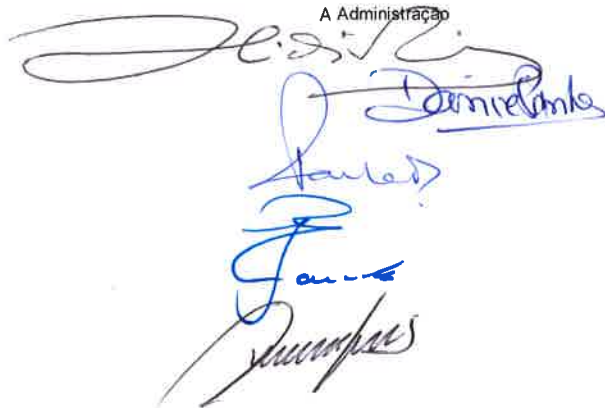
(Montantes expressos em Euros)

		Fundos	Resultados transitados	Resultado líquido do período	Total
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2020	6	49 879 789.71	-33 764 995.34		16 114 794.37
ALTERAÇÕES NO PERÍODO					
	7				
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8			-2 139 704.83	-2 139 704.83
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8			-2 139 704.83	-2 139 704.83
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO					
	10				
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2020	11=6+7+8+10	49 879 789.71	-33 764 995.34	-2 139 704.83	13 975 089.54

O Contabilista Certificado



A Administração



Demonstração Individual de Fluxos de caixa

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2020

NIF 504709348

(Montantes expressos em Euros)

Notas Dezembro de 2020 Dezembro de 2019

	Notas	Dezembro de 2020	Dezembro de 2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	11	560.09	22 269.97
Pagamentos a fornecedores	11	-119 172.19	-344 168.38
Pagamentos ao pessoal	11	-293 917.11	-384 920.28
Caixa gerada pelas operações		-412 529.21	-706 818.69
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	11	-2 181.99	-1 364.78
Outros recebimentos/pagamentos	11	-184 013.25	1 794.86
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-598 724.45	-706 388.61
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	11	-3 436 630.15	-3 269 906.35
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	11	3 870 511.36	3 506 745.15
Juros e rendimentos similares	11	25 830.49	20 128.62
Dividendos	11	14 595.12	35 701.62
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		474 306.82	292 669.04
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Juros e gastos similares	11	-197.89	-33.71
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		-197.89	-33.71
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-124 615.52	-413 753.28
Efeito das diferenças de câmbio	11	6 875.16	-240 523.70
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	324 176.72	497 406.30
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	192 686.04	324 176.72

O Contabilista Certificado



A Administração



Anexo

1. Identificação da entidade

A Fundação Ilídio Pinho (Fundação) é uma instituição de direito privado, de duração ilimitada, sem fins lucrativos, constituída por escritura pública em 24 de Maio de 2000 e sediada na cidade do Porto. Page|7

A Fundação prossegue fins de carácter científico, cultural e de beneficência ou de solidariedade social, exercendo a sua acção em Portugal, nos países lusófonos, nas comunidades portuguesas espalhadas pelo mundo e em geral em todos os países com os quais Portugal tenha relações preferenciais ou privilegiadas.

A Fundação Ilídio Pinho foi reconhecida por despacho do Ministério da Administração Interna publicado no Diário da República em 5 de Dezembro de 2000, tendo-lhe sido posteriormente concedida a isenção de IRC por despacho de 11 Janeiro de 2002 publicado no Diário da República nº 58 de 9 de Março de 2002.

Em conformidade, as presentes demonstrações financeiras da Fundação são as suas demonstrações financeiras individuais.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1. Referencial contabilístico

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Fundação e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística, regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho (Sistema de Normalização Contabilística), com as alterações introduzidas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho;
- Aviso n.º 8259/2015, de 29 de Julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro para Entidades do Sector não Lucrativo);
- Aviso n.º 8254/2015, de 29 de Julho (Estrutura conceptual);
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho (Modelos de demonstrações financeiras);
- Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho (Código de contas);
- Aviso n.º 8256/2015 de 29 de Julho (Normas contabilísticas e de relato financeiro);
- Aviso n.º 8257/2015 de 29 de Julho (Norma contabilística e de relato financeiro para pequenas entidades);
- Aviso n.º 8258/2015 de 29 de Julho (Normas interpretativas 1 e 2).

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Fundação, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Fundação se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes.

Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos. Em 2012, a Fundação integrou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Sector Não Lucrativo tal como a sua terminologia. Em 2016 foram introduzidas as alterações preconizadas pela Lei n.º 98/2015 de 2 de Junho e, uma vez mais, adoptada a nova terminologia e restantes alterações.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Fundação e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos Fundos Patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

2.2. Indicação e justificação das disposições do NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do NCRF-ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.



3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Page|9

3.1.1. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis adquiridos pela Fundação encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e só são reconhecidos se for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros para a Fundação, se possa medir razoavelmente o seu valor e se a Fundação possuir o controlo sobre os mesmos.

3.1.2. Activos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites até àquela data, deduzido das depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

Na transição adoptou-se o critério de mensuração pelo método do custo.

Os activos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e quaisquer perdas por imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas

Activos Tangíveis	Vida Estimada
Edifícios e Outras Construções	10
Equipamento Básico	3 - 10
Equipamento de Transporte	8
Equipamento Administrativo	3 - 8
Outros Activos Fixos Tangíveis	3 - 10

Os activos fixos tangíveis em curso representam activos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes activos fixos tangíveis passaram a ser depreciados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos activos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos activos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

3.1.3. Investimentos Financeiros

Page|10

Os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou reduzido proporcionalmente à participação nos capitais próprios dessas empresas.

Os restantes investimentos financeiros encontram-se registados ao custo de aquisição.

3.1.4. Custos de Empréstimos Obtidos

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

3.1.5. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios.

3.1.5.1. Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de clientes e outras a receber são registadas pelo seu valor nominal, ajustadas subsequentemente por eventuais perdas por imparidade de modo a que reflectam o seu valor realizável.

As referidas perdas são registadas na conta de resultados do exercício em que se verificarem.

3.1.5.2. Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo ou custo amortizado (usando o método do juro efectivo), deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependente de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um ano, respectivamente.

Os custos dos juros e outros incorridos com empréstimos “não correntes” são calculados de acordo com a taxa juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados do período de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.5.3. Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores e outras a pagar são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Page|11

3.1.5.4. Caixa e Depósitos Bancários

Os montantes incluídos na rubrica «Caixa e depósitos bancários» correspondem aos valores de caixa, depósitos a ordem, depósitos a prazo e outros depósitos bancários imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

3.1.5.5. Derivados

Os Derivados são registados e valorizados ao justo valor.

3.1.5.6. Instrumentos detidos para negociação

Os “Instrumentos detidos para negociação” são registados e valorizados ao justo valor.

3.1.5.7. Outros activos e passivos financeiros (justo valor através dos resultados)

Os “Outros activos e passivos financeiros (justo valor através dos resultados)” são registados e valorizados ao justo valor.

3.1.6. Regime do Acréscimo

As transacções são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

3.1.7. Provisões, Passivos e Activos Contingentes

São reconhecidos provisões quando a Fundação tem uma obrigação presente, legal ou implícita, resultante de um evento passado, e seja provável que desse facto resulte uma saída de recursos e que esse montante possa ser estimado com fiabilidade.

Page|12

As provisões são revistas na data de balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota.

Um activo contingente não é reconhecido nas demonstrações financeiras, mas divulgado no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

3.1.8. Rédito

O rédito relativo a vendas, prestações de serviços, juros, royalties e dividendos, decorrentes da actividade ordinária da Fundação é reconhecido pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido na demonstração de resultados quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;

- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transacção podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito associado aos juros é reconhecido de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, tendo em consideração o valor do capital mutuado e a taxa de juro efectiva da operação.

Os dividendos são reconhecidos como ganhos na demonstração dos resultados do período.

3.1.9. Benefícios dos Empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

Page | 13

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídios de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

3.1.10. Efeitos de alterações das Taxas de Câmbios

As demonstrações financeiras são apresentadas em Euros (moeda de apresentação), sendo o Euro a moeda funcional.

Todos os activos e passivos expressos em outras divisas foram convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio das datas de balanço. As diferenças de câmbio resultantes das diferenças de taxa de câmbio em vigor nas datas das transacções e as das datas das respectivas liquidações na data de balanço, foram registadas como ganho ou perda do período pelo seu valor líquido.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, dessas mesmas transacções, são registadas como rendimentos e gastos na demonstração dos resultados do período.

As cotações utilizadas na conversão para a moeda funcional foram as seguintes:

Descrição	2020	2019
Dólar Americano	0.814930	0.890155
Franco Suíço	0.925754	0.921319
Libra Inglesa	1.112310	1.175364
Coroas Suecas	0.099658	0.095723
Coroas Norueguesas	0.095508	0.101381
Coroas Dinamarquesas	0.134392	0.133842

3.1.11. Imposto sobre o rendimento do período

A Fundação foi reconhecida como tal por despacho do Ministério da Administração Interna publicado no Diário da República em 5 de Dezembro de 2000, tendo-lhe sido posteriormente concedidas a isenção de IRC, com a amplitude aí estipulada, por despacho de 11 Janeiro de 2002 publicado no Diário da República nº 58 de 9 de Março de 2002.

3.1.12. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração da posição financeira são reflectidos nas demonstrações financeiras.

Os eventos ocorridos após a data da demonstração da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração da posição financeira, se materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2. Outras Políticas contabilísticas relevantes

3.2.1. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método directo. A Fundação classifica na rubrica «Caixa e seus equivalentes» os montantes de caixa, depósitos à ordem e outros instrumentos financeiros e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e

alienações de investimentos em Empresas participadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos tangíveis e intangíveis.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, contratos de locação financeira, e pagamento de dividendos.

3.3. Juízos de valor que o órgão de gestão fez no processo de aplicação das políticas contabilísticas e que tiveram maior impacto nas quantias reconhecidas nas demonstrações financeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, o Conselho de Administração baseou-se no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas em resultados de forma prospectiva.

3.4. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Fundação, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

4. Activos Fixos Tangíveis

4.1. Divulgações sobre activos fixos tangíveis

4.1.1. Bases de Mensuração

Page|16

Os activos tangíveis estão valorizados de acordo com o modelo do custo, segundo o qual um item do activo tangível é escriturado pelo seu custo menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

4.1.2. Método de depreciação usado

A Fundação deprecia os seus bens do activo fixo tangível de acordo com o método da linha recta. De acordo com este método, a depreciação é constante durante a vida útil do activo se o seu valor residual não se alterar.

4.1.3. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As depreciações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxas de depreciação médias

Activos Tangíveis	Vida Estimada	Taxa de Depreciação
Edifícios e Outras Construções	10	10%
Equipamento Básico	3 - 10	10% - 33,33%
Equipamento de Transporte	8	12,5%
Equipamento Administrativo	3 - 8	12,5% - 33,33%
Outros Activos Fixos Tangíveis	3 - 10	10% - 33,33%

4.1.4. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Descrição	Edifícios e Outras Const.	Equipamento Básico	Equipamento de Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Act. Tangíveis	TOTAL
Quantia bruta escriturada Inicial	46 881.53	106 508.27	240 448.00	279 407.44	183 254.55	856 499.79
Depreciações acumuladas iniciais	46 881.53	106 508.27	141 836.01	279 407.44	175 927.72	750 560.97
Quantia líquida escriturada Inicial			98 611.99		7 326.83	105 938.82
Movimentos do período						
Total das diminuições:			-60 112.00		-1 162.58	-61 274.58
Depreciações			60 112.00		1 162.58	61 274.58
Quantia líquida escriturada final			38 499.99		6 164.25	44 664.24

Page | 17

4.1.5. Depreciações reconhecidas nos resultados durante o período

Activos Tangíveis	2020
Equipamento de Transporte	60 112.00
Outros Activos Fijos Tangíveis	1 162.58
Total	61 274.58

4.1.6. Depreciação Acumulada no final do exercício

Depreciações Acumuladas	2020	2019
Edifícios e Outras Construções	46 881.53	46 881.53
Equipamento Básico	106 508.27	106 508.27
Equipamento de Transporte	201 948.01	141 836.01
Equipamento Administrativo	279 407.44	279 407.44
Outros Activos Fijos Tangíveis	177 090.30	175 927.72
Total	811 835.55	750 560.97

5. Activos Intangíveis

5.1. Divulgação para cada classe de activos intangíveis, distinguindo entre os activos intangíveis gerados internamente e outros activos intangíveis:

Page|18

5.1.1. Activos Intangíveis com vidas úteis finitas

5.1.1.1. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas

As amortizações do período são calculadas tendo em consideração as seguintes vidas úteis e taxa de amortização médias:

Activos Intangíveis	Vida Estimada	Taxa de Depreciação
Software de Computadores	3	33,33%

Os elementos dos activos intangíveis com vidas úteis finitas são amortizados pelo método da linha recta.

5.1.1.2. Gastos/Reversões de depreciação de amortização

O valor das amortizações relativas a activos intangíveis incluídas na rubrica de “Gastos/Reversões de depreciação de amortização” da demonstração dos resultados ascende a:

Activos Intangíveis	2020		2019	
	Quantia escriturada bruta	Amorf. e perdas por imparidade	Quantia escriturada bruta	Amorf. e perdas por imparidade
Software de Computadores	141 250.95	141 250.95	141 250.95	141 250.95
Totals	141 250.95	141 250.95	141 250.95	141 250.95

5.1.2. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período

Os movimentos na rubrica activos intangíveis durante o ano 2020 e em 2019 são os que se seguem, respectivamente:

Descrição	Programas Computador	TOTAL
Quantia bruta escriturada inicial	141 250.95	141 250.95
Amortizações acumuladas iniciais	141 250.95	141 250.95
Quantia líquida escriturada inicial		
Quantia líquida escriturada final		

6. Créditos a Receber

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Outras Contas a Receber apresentava o seguinte desdobramento:

Outras Créditos a Receber	2020	2019
Acréscimos de Rendimentos	5 748.52	11 180.56
Liquidações de Títulos em transito	49 927.07	
Outros	4.89	564.00
Total	55 680.48	11 744.56

7. Diferimentos

A rubrica de Diferimentos apresenta os seguintes valores:

Diferimentos	2020	2019
Rendimentos a reconhecer	18 988.37	18 964.71
Total	18 988.37	18 964.71

8. Activos Financeiros detidos para negociação

Os instrumentos financeiros classificam-se como activos ou passivos financeiros detidos para negociação quando a finalidade da sua aquisição seja a venda ou recompra a breve prazo, ou façam parte de uma carteira devidamente identificada como tal e sejam geridos em conjunto existindo evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais. (d) §16 da NCRF 27.

Os Activos Financeiros detidos para negociação são inicialmente registados pelo seu justo valor, que é considerado como sendo o valor pago, excluindo as correspondentes despesas de transacção, conforme decorre do exposto no §6 da NCRF 27. Estas despesas são considerados gastos do período em que ocorrem.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço (medido pela cotação).

Descrição	2020	2019
Act. Fin detidos p\ Negociação	209 697.20	

Page|20

9. Outros Activos Financeiros (Activo Corrente)

A rubrica Outros Activos Financeiros contém activos cuja variação do justo valor é mensurada através de contrapartida de resultados.

Os derivados aqui incluídos, não preenchem os requisitos prescritos nos § 34 e seguintes da NCRF 27, pelo que são considerados derivados de especulação, ou seja, neste caso, a variação dos derivados é mensurada por contrapartida de resultados, utilizando para o efeito a cotação oficial divulgada.

Os outros Investimentos contidos nesta rubrica, compreendem basicamente fundos, sendo mensurados também ao justo valor através das cotações divulgadas oficialmente.

A rubrica apresenta o seguinte desdobramento para 2020 e 2019:

Descrição	2020	2019
Obrigações	128 450.00	250 000.00
Fundos	13 405 511.89	15 677 592.28
Total	13 533 961.89	15 927 592.28

10. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários apresenta os seguintes valores para 2020:

Descrição	Saldo Inicial	Débitos	Créditos	Saldo
Caixa	9 544.10	247.72	1 328.78	8 463.04
Depósitos à Ordem	314 632.62	6 520 690.39	6 651 100.00	184 223.01
Total	324 176.72	6 520 938.11	6 652 428.78	192 686.05
Dos quais Depósitos bancários no exterior				165 127.56

11. Fundo Patrimonial

11.1. Montante do Fundo Patrimonial

A 31 de Dezembro de 2020, a Fundação detinha um Fundo Patrimonial de € 49.879.789,71, encontrando-se totalmente realizado.

Page|21

11.2. Variação de Fundo Patrimonial

Descrição	Saldo Inicial	Débito	Crédito	Saldo Final
Fundos	49 879 789.71			49 879 789.71
Resultados transitados	-36 730 726.46		2 965 731.12	-33 764 995.34
Resultado Líquido	2 965 731.12	5 105 435.95		-2 139 704.83
Total de Capital	16 114 794.37	5 105 435.95	2 965 731.12	13 975 089.54

12. Fornecedores

Em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 a rubrica de Fornecedores apresentava as seguintes maturidades:

Prazo	2020	2019
< 90 dias	1 725.58	1 552.48
Total	1 725.58	1 552.48

13. Estado e Outros Entes Públicos

Os valores credores referem-se essencialmente a retenções na fonte e encargos sociais sobre as remunerações do mês de Dezembro, valores que ascendem a € 10.256,85 em 2020 e € 12.631,01 em 2019.

14. Financiamentos Obtidos

14.1. Política contabilística adoptada nos custos de empréstimos obtidos:

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime do acréscimo.

Descrição	Corrente	Dos quais: Juros suportados
Empréstimos genéricos:		
Instituições de crédito e sociedades financeiras	305.80	197.89
TOTAL	305.80	197.89

15. Activos e Passivos Financeiros

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 as Demonstrações Financeiras apresentam os seguintes Activos e Passivos Financeiros:

Descrição	2020		2019	
	Mensuradas ao Justo valor através de resultados	Mensuradas ao custo	Mensuradas ao Justo valor através de resultados	Mensuradas ao custo
Activos Financeiros:	13 743 659.09	55 680.48	15 927 592.28	11 744.56
Créditos a Receber		55 680.48		11 744.56
Activos financeiros detidos para negociação	209 697.20			
Outros activos financeiros	13 533 961.89		15 927 592.28	
Passivos Financeiros:		70 331.83		260 991.71
Fornecedores		1 725.58		1 552.48
Financiamentos obtidos		305.80		
Outras Passivos Correntes		68 300.45		259 439.23

16. Subsídios

Este subsídio refere-se exclusivamente a um estágio através do IEPF que teve o seu término em 2019.

17. Réditos

17.1. Políticas contabilísticas adoptadas para o reconhecimento do rédito:

17.1.1. Juros

São reconhecidos utilizando o método do juro efectivo.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature at the top and several initials below it.

17.1.2. Dividendos

São reconhecidos a partir do momento em que se estabelece o direito do accionista a receber o pagamento.

17.2. Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período:

Page|23

Descrição	2020	2019
Juros	20 472.03	26 517.51
Dividendos	14 595.12	35 786.92
Total	35 067.15	62 304.43

18. Fornecimentos e Serviços Externos

Em 31 de Dezembro de 2020 e 31 de Dezembro de 2019 a rubrica Fornecimentos e Serviços Externos apresentava os seguintes valores:

Descrição	2020	2019
Trabalhos Especializados	14 860.21	16 296.91
Conservação e Reparação	2 386.76	3 413.02
Combustíveis	4 287.17	6 418.80
Deslocações e Estadas	2 247.65	5 126.86
Despesas de Representação	1 194.35	2 101.90
Outros fornecimentos e serviços externos	22 710.93	22 109.44
Total	47 687.07	55 466.93

19. Gastos com Pessoal

19.1. Gastos

No final de 2020 e 2019 os gastos com pessoal ascendiam a:

Gastos com Pessoal	2020	2019
Remunerações do pessoal	234 526.31	297 737.37
Encargos sobre remunerações	47 900.06	65 073.59
Seguros de acidentes de trabalho e doenças profissionais	1 424.84	2 746.16
Outros gastos com pessoal	5 964.42	7 438.57
Total	289 815.63	372 995.69

19.2. Número de colaboradores

O número médio de colaboradores ao serviço e o número no fim do período findo em 31 de Dezembro de 2020 e 2019 foi:

Descrição	2020	2019
Número médio de empregados	4	6
Número de empregados no fim do período	4	4

Page|24

20. Aumentos e Reduções de Justo Valor

As variações líquidas decorrentes das oscilações das cotações de mercado tiveram um impacto negativo de € 898.306.39 em 2020 e positivo de € 2.923.701,14 em 2019.

21. Ganhos líquidos e perdas líquidas reconhecidas de activos e passivos financeiros

Os ganhos e perdas líquidas reconhecidas em activos financeiros referentes a 2020 e 2019 ascendem aos seguintes valores, respectivamente:

Descrição	2020			2019		
	Ganhos	Perdas	Ganhos e (perdas) líquidas	Ganhos	Perdas	Ganhos e (perdas) líquidas
Activos financeiros						
Mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados						
Insl. Fin. Del. p\ Negoc	458 957.71	-1 349 074.99	-890 117.28	3 430 300.18	-79 636.95	3 350 663.23
Outros Acl. Financ	108 643.25	-113 370.56	-4 727.31	68 685.15	-3 020.66	65 664.49
Inv. Delidos até a Maturidade	338 076.96	-1 235 704.43	-897 627.47	3 361 615.03	-76 616.29	3 284 998.74
	12 237.50		12 237.50			

22. Efeitos de Alterações de Taxas de Câmbio

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2020 e 2019, a Fundação reconheceu as seguintes diferenças de câmbio:

Descrição	2020	2019
Diferenças de câmbio desfavoráveis:		
	739 681.02	
Operacionais	1.12	
De Investimento	732 804.74	
De financiamento	6 875.16	
Diferenças de câmbio favoráveis:		240 523.70
Operacionais		0.94
De Investimento		238 256.18
De financiamento		2 266.58

Page | 25

RELATÓRIO E CONTAS 2020

23. Outros Gastos

23.1. Donativos

A rubrica "Outros Gastos e Perdas" compreende, entre outros, Donativos e Prémios dados pela Fundação no âmbito dos seus fins estatutários:

Descrição	2020	2019
Donativos	65 050.00	67 500.00
Apoios		530.00
Prémio		180 000.00
Total	65 050.00	248 030.00

24. Acontecimentos após a data de Balanço

24.1. Autorização para emissão

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 12 de Abril de 2021.

Page|26

24.2. Actualização da divulgação acerca das condições à data de balanço

Entre a data do balanço e a data de autorização para emissão das demonstrações financeiras não foram recebidas quaisquer informações acerca das condições que existiam à data de balanço, pelo que não foram efectuados ajustamentos das quantias reconhecidas nas presentes demonstrações financeiras.

A administração entende revelar que não dispõe de informação suficiente e quantificável que possa servir de análise ao impacto da pandemia na Fundação Ilídio Pinho face à grande incerteza latente no contexto económico nacional e internacional.

RELATÓRIO E CONTAS 2020

25. Divulgações exigidas por diplomas legais

25.1. Honorários do Revisor Oficial de Contas

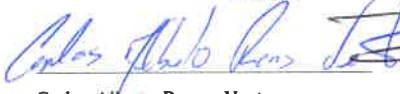
(Código das Sociedades Comerciais art. 66º A, n.º 1 alínea b))

Os honorários, facturados pelo Revisor Oficial de Contas referentes a 2020 ascendem a:

Revisor Oficial de Contas	Honorários Facturados
Anjos & Associados, SROC, Lda	4 200,00

O Contabilista Certificado

A Administração



Carlos Alberto Ramos Ventura



Ilidio da Costa Leite de Pinho



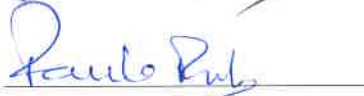
Daniela Sofia da Costa Leite de Pinho



António Fernando Couto dos Santos



João Pedro Machado da Costa Carvalho



Paula Alexandrina Teixeira Pinho S. Quental